

O PAPEL DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UM ESTUDO DE CASO

Daniela de Oliveira Souza
Professora da UniRedentor
daniela_oliveira232@yahoo.com.br
Victor Verdan Soares Pinho
Aluno de Engenharia Mecânica da UniRedentor
verdan.victor@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender o papel da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão dos alunos com necessidades especiais de um colégio estadual, em Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro. Os objetivos versaram sobre a compreensão da relevância da Sala de AEE, bem como da sua estrutura física, seu funcionamento e seus recursos pedagógicos. O método utilizado foi o descritivo. Os sujeitos da pesquisa foram a professora de AEE e os professores regulares dos alunos com deficiência diagnosticada. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, além do questionário semiestruturado, documentos disponibilizados pela instituição de ensino. Concluiu-se que o Atendimento Educacional Especializado, em rede regular de ensino, causa mudanças significativas no aprendizado dos alunos com deficiência, além de promover a socialização e a igualdade entre todos.

Palavras-Chave: Educação Especial. Atendimento Especializado. Sala de AEE.

Introdução

O presente trabalho abordará sobre a Sala de AEE - Atendimento Educacional Especializado, em um colégio regular. Busca-se entender o que é e como funciona essa sala, qual a sua utilidade para a escola, para os alunos e para a sociedade de maneira geral. Ressalta-se ainda que, através desse tema “Atendimento Educacional Especializado”, busca-se mostrar para a sociedade que as pessoas com necessidades especiais devem ser respeitadas, e principalmente, que têm o direito de estarem matriculadas em uma escola que venha oferecer uma

estrutura física e pedagógica adequada, para que elas possam se desenvolver e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária a todos.

De acordo com Mazzotta (2005), o atendimento de pessoas com necessidades especiais, até o século XVIII, era ligado basicamente ao misticismo e ao ocultismo, não havendo uma base científica para o desenvolvimento de pesquisas e dados científicos de estudo. Acreditava-se que a deficiência tinha ligação direta com a religião e não com a ciência.

Uma nova visão de se pensar sobre a deficiência só foi possível, segundo Xavier (2012), quando houve uma mudança no sistema econômico do Brasil. Essa mudança possibilitou a muitas pessoas abrir espaço na sociedade e na possibilidade da construção de um conhecimento, a inserção da pessoa com deficiência na escola. Isso trouxe uma melhoria da vida das pessoas com deficiência. A Educação Especial, no Brasil, começou a partir do século XIX, pois foi inspirada por tudo que estava acontecendo sobre a Educação Especial nos Estados Unidos e na Europa. Alguns pesquisadores brasileiros começaram, a partir do século XIX, a organizar alguns serviços para atenderem às pessoas que eram cegas, surdas, que tinham deficiência mental ou deficiência física. (CAPELLINI;RODRIGUES, 2012).

Com esses direitos assegurados pela Constituição, a educação passou a ser um direito de qualquer pessoa que poderá ser ensinada para se tornar um cidadão em todos os âmbitos. Com essa lei em vigor, os estados brasileiros iniciaram suas próprias medidas para a inclusão das pessoas com deficiência.

O Artigo 3º, inciso IV. em seu artigo 205, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino, e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. O Artigo 208 inciso III corrobora com a função do Estado na garantia do atendimento especializado às pessoas com deficiências, priorizando a rede regular de ensino (BRASIL/CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns para as pessoas com deficiência. Essa concepção está expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, conforme disposto no seu Art.1º:

§1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL - CNE/CEB, 2010).

Este trabalho tem como objetivo: explorar as estruturas físicas e materiais da Sala de AEE e as adaptações realizadas para os atendimentos especializados; verificar a evolução do aprendizado das crianças que frequentam a Sala de AEE; perceber o funcionamento e a rotina do Atendimento Educacional Especializado e averiguar as práticas e recursos pedagógicos utilizados pelo professor da Sala de AEE.

Metodologia

A investigação, no presente Estudo, será descritiva, pois observa e descreve características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada, levando em consideração a pessoa, o tempo e o lugar. Como não há manipulação direta das variáveis relacionadas com o objeto de estudo, torna-se não experimental.

O Colégio, situado na cidade de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro, atende atualmente alunos com idades de 13 a 18 anos, divididos entre as séries que vão do 9º do Ensino Fundamental ao 3º do Ensino Médio, além do Ensino para Jovens e Adulto – EJA.

O Colégio atende ao ensino regular e também ao ensino integral, por isso funciona nos três períodos: matutino, vespertino, noturno e integral. Foi escolhido por ser uma instituição de renome na cidade, no atendimento a alunos com necessidades especiais. A instituição recebe alunos de todos os bairros da cidade, municípios vizinhos e com idades bem distintas.

É o colégio que mais recebe alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Atualmente tem 13 alunos com NEE diagnosticados e com laudo médico sendo atendidos pelo AEE e frequentando o ensino regular, como determina a lei. Para acompanhá-los em sala de aula regular, o colégio dispõe de 01 intérprete de Libras, 01 Ledor para cegos e mais 05 Professores de Apoio - PA, que fazem esse acompanhamento.

As aulas são ministradas por professores diferentes a cada disciplina. Alguns dos professores ministram mais de uma disciplina e a maioria trabalha em mais de um período. Vale ressaltar que os professores que já ministraram aulas para os alunos com deficiência e que hoje não os tem como seus alunos, não participaram desse Estudo.

São 82 funcionários, no total, 58 professores regulares, um professor de AEE e 07 Professores de Apoio, dentre eles 01 Intérprete de Libras e 01 Ledor para cegos. Isso para atender a uma população de 367 alunos que frequentam o Colégio diariamente. Esses números estão descritos no quadro 1, que segue abaixo.

Quadro 1: Demonstrativo do colégio

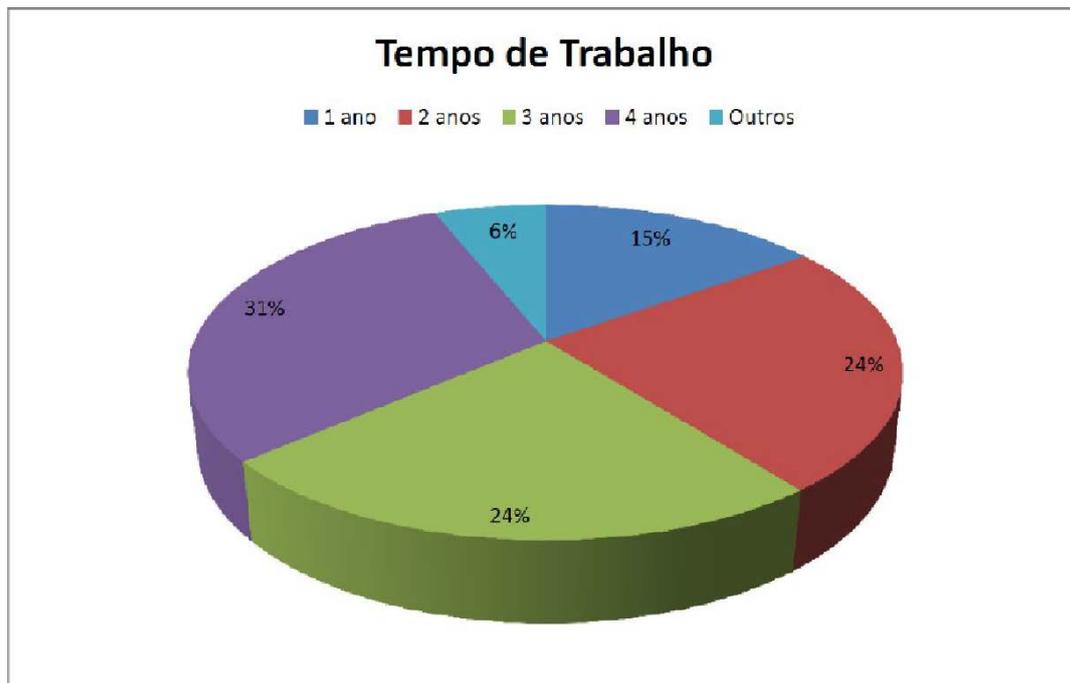
Turmas	Quantidade de alunos	Quantidade de professores	Aluno com NEE	Necessidade Educativa Especial
9º Mat.	23	11	01	Surdez
9º Int.	31	17	02	Down/Surdez
1º Mat.	17	12	00	-----
1º Int.	24	20	01	Altas Habilidades
1º Vesp.	19	12	01	Cadeirante
2º Mat.	35	13	02	Def. Motor/ Mental
2º Vesp.	22	13	02	Surdez/TDAH
2º Int.	27	20	00	-----
3º Mat.	28	12	03	Dislexia/Cegueira/Down
3º Vesp.	36	13	01	Autismo
EJAE. F.	49	24	03	Surdez/Retardo/Dislexia
EJAE.M.	56	27	03	Cegueira/TDAH/Def. Múltiplas
10	367	58 (no total) + 1 AEE+7 APOIO	19	12 (tipos)

A amostragem fica restrita aos alunos com Necessidades Especiais, descritos na Tabela anterior. Somam-se 19 alunos com NEE que são atendidos na Sala de AEE que apresentam diagnósticos médicos/clínicos, distribuídos do 9º do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio, além dos alunos do Ensino Fundamental e Médio do EJA.

Quanto à amostragem dos professores regulares, somam-se 33 dos 58 da população total. Isso ocorre devido ao fato de que 25 dos professores regulares não ministram aula para esses alunos com NEE. Foi aplicado um questionário para os 33 professores regulares dos alunos com NEE e realizou-se uma análise dos dados obtidos no questionário.

Resultados e discussão

As questões aqui descritas e representadas referem-se ao questionário contendo algumas questões, sendo 12 questões de múltipla escolha. Os dados do Gráfico 1, mostram a porcentagem de tempo de trabalho que os professores pesquisados têm no colégio. Nota-se que 31% trabalha há mais de 4 anos, 24% trabalha de 2 a 3 anos, 15% trabalha há 1 ano. 6% dos professores marcaram a opção OUTROS, e alguns deles utilizaram o campo aberto para justificar sua opção. Um deles justificou que trabalha há menos de 1 ano e outro justificou que trabalha no Colégio há mais de 10 anos.

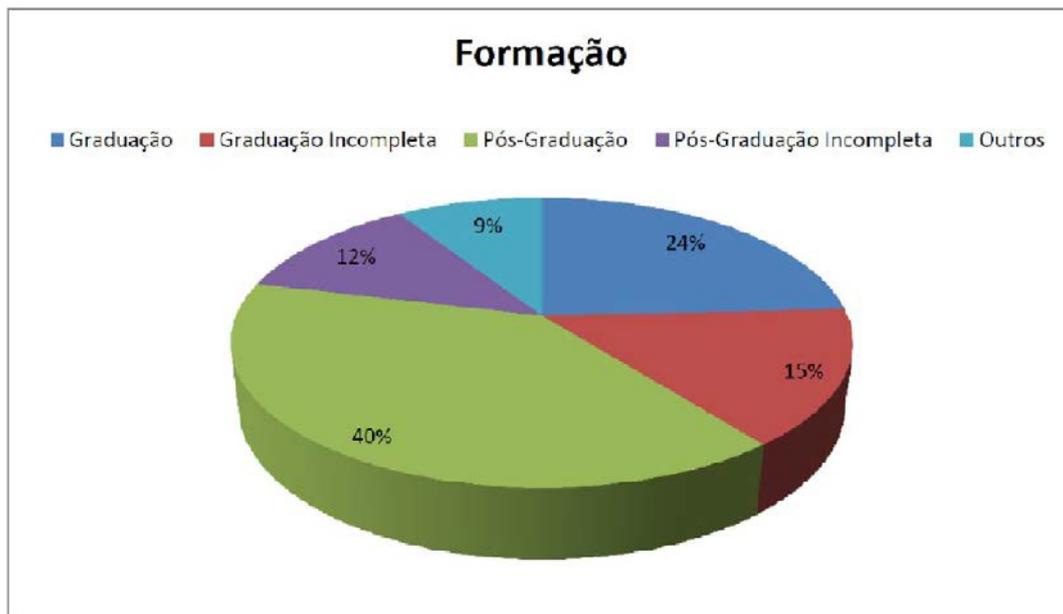


Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 1: Tempo de trabalho no colégio

Esses professores relataram da seguinte forma: “Entrei na escola em agosto, então não tenho 6 meses de trabalho ainda. Mas já sou professora há 8 anos e já tive vários alunos com deficiência.”. (PROFESSORA DO 2º ANO MATUTINO). “Eu fui aluna deste colégio, fiz o meu fundamental e o meu médio aqui. Me formei e agora sou professora. Tenho mais de 10 anos de trabalho aqui.”. (PROFESSORA DO 9º ANO INTEGRAL).

Na questão 2, perguntou-se: “Qual a sua formação acadêmica?”. Buscou-se saber a formação acadêmica dos professores entendendo que quanto mais capacitados, maior a chance de promover um ensino de qualidade.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 2: Formação Acadêmica dos professores regulares

Percebe-se que 40% dos professores pesquisados têm Pós-Graduação completa, 24% tem apenas Graduação, 15% estão cursando a Graduação e outros 12% estão concluindo a Pós-Graduação. 9% dos professores marcaram a opção OUTROS e relataram ter mestrado e estar cursando o doutorado.

Escreveram no campo aberto a justificativas da seguinte forma: “Tenho Mestrado em Educação”. (PROFESSORA DO 3º ANO VESPERTINO). “Estou cursando o meu Doutorado”. (PROFESSORA DO 2º INTEGRAL). “Termino meu Mestrado no mês de Julho”. (PROFESSORA DO 1º ANO VESPERTINO).

Na questão 3, perguntou-se: “Tem alguma formação ou especialização em Educação Especial?”. Buscou-se saber sobre essa especialização já que nos estudos bibliográficos as leis e decretos afirmam que os professores dos alunos com deficiência e necessidades especiais devem ser especializado em Educação Especial e manterem-se atualizados.

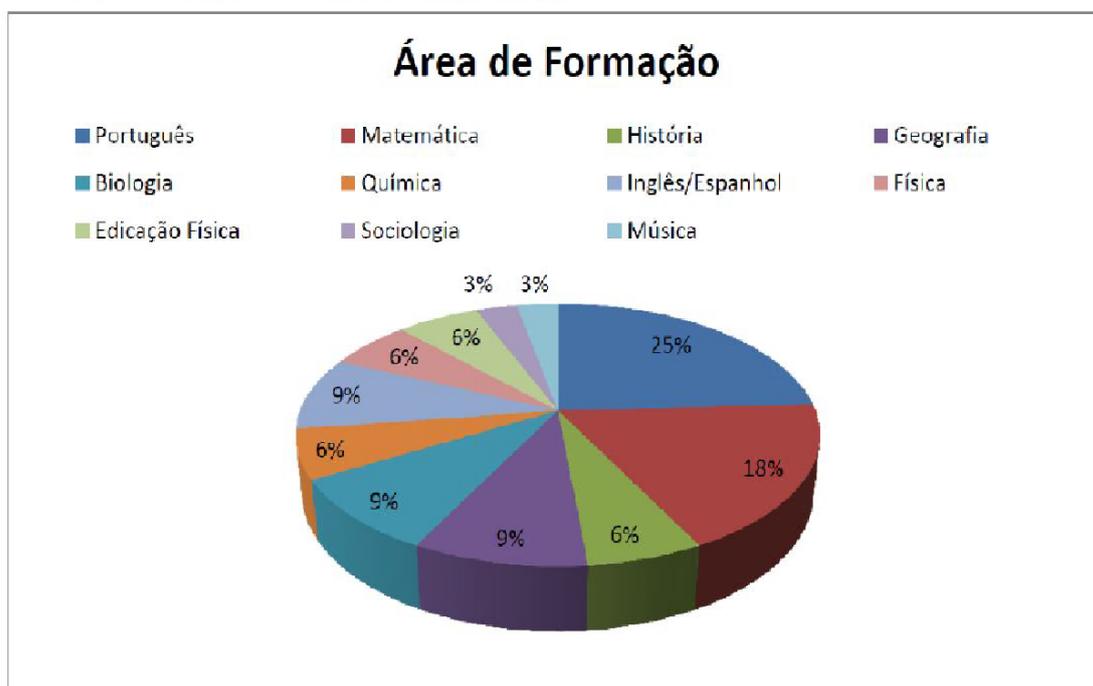


Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 3: Professores com Especialização em Educação Especial

Dos 33 professores pesquisados, 61% não tem nenhuma formação na área da Educação Especial, apenas 6% deles diz ter formação na área da inclusão de alunos com deficiência. 33% desses professores marcaram a opção OUTROS e alguns deles escreveram no campo de justificativa os seguintes relatos: “Não tenho especialização, mas busco por conta própria me atualizar com informação que encontro nas redes sociais e internet”. (PROFESSORA DO 9º ANO MATUTINO). “Especialização eu não fiz, mas já fiz vários cursinhos pela Internet sobre a inclusão. Acho que isso já vale como estudo”. (PROFESSORA 1º ANO INTEGRAL). “O Colégio já ofereceu várias palestras, minicursos e já fez várias reuniões para que os professores aprendessem a lidar com as deficiências dentro da sala. Não tenho especialização, mas pretendo fazer”. (PROFESSOR DO 1º ANO VESPERTINO).

Na questão 4, perguntou-se: “Qual a sua área de formação?” Como a porcentagem de professores que responderam ao questionário foi bem ampla, houve as mais variadas disciplinas relatadas. Além disso, alguns professores relataram, no campo destinado às justificativas, que ministram mais de uma disciplina e trabalham em mais de um período no Colégio.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 4 - Formação Acadêmica por disciplina

Observa-se que os professores têm as mais diversas formações acadêmicas, nas mais diversas áreas. Tem-se como professores pesquisados: 8 professores formados em Letras que ministram aulas de Português, Gramática, Literatura e Redação; 6 professores formados em Matemática que ministram aulas de Geometria e Matemática aplicada; 2 professores com formação em História; 3 professores com formação em Geografia; 3 professores formados em Biologia; 2 professores formados em Química; 3 professores com Formação em Inglês e Espanhol; 2 professores com formação em Física; 1 professor formado em Sociologia que ministra aulas de Ensino Religioso e Filosofia e 1 professor de Música que é responsável pela Banda Marcial do Colégio.

Na questão 5, perguntou-se: “Quantos alunos especiais você tem e frequentam a Sala de AEE?”. Como opções de repostas ofereceu-se números de 1 a 4 alunos. Vale ressaltar aqui, que os alunos que não tem diagnóstico ou laudo médico não estão inseridos nesse Estudo. Mesmo aqueles que apresentam dificuldades de aprendizado e que frequentam a Sala de AEE.

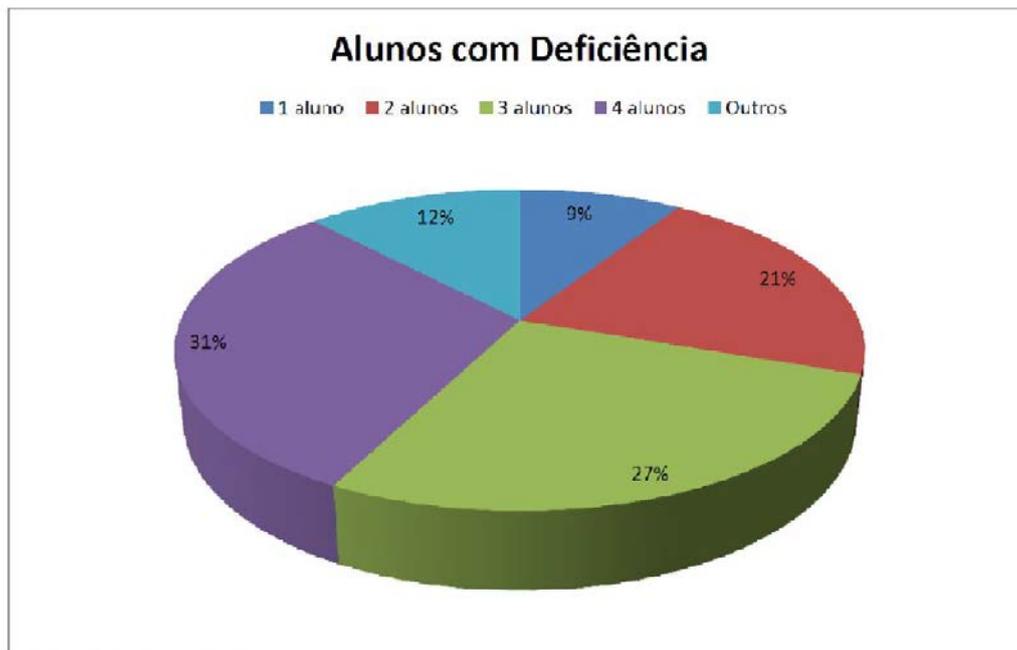


Gráfico 5 - Alunos com deficiência que os professores regulares ministram aulas.

Nota-se, pelo Gráfico 5, que a maioria dos professores do Colégio ministram aula para mais de 1 aluno com deficiência. 31% dos pesquisados, relataram que ministram aula para 4 alunos com deficiência. 27% disseram que tem 3 alunos com deficiência e 21% disseram ter 2 alunos com deficiência. 9% deles relataram ter apenas 1 aluno com deficiência dentro de sala de aula. São professores que ministram aula no 9º Matutino e 1º Vespertino.

Relatou-se também uma porcentagem considerável de professores que marcaram a opção OUTROS. Como justificativa os professores relataram ministrar aulas para mais de 4 alunos com deficiência. São professores que ministram aulas para o 2º Ano matutino e 3º Ano matutino, pois se somam nessas duas salas 5 alunos com deficiência. Nessas duas salas, 2º e 3º matutino, há a presença de um aluno com Deficiência Motora nos membros superiores e inferiores, um aluno com Deficiência mental Leve, um aluno com Dislexia, um aluno com Cegueira Profunda e um aluno com Síndrome de Down. Essas informações foram adquiridas através da Professora de AEE pela entrevista que posteriormente será descrita nesse Estudo.

Na questão 6, perguntou-se: “O atendimento de AEE ajuda no desenvolvimento cognitivo do seu aluno (a) em sala de aula?”. A questão se torna

relevante, no sentido de que o professor esteja regularmente com esse aluno, em sala de aula, e seja requisitado para avaliar esse desenvolvimento.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 6- Opinião do professor regular sobre os resultados do AEE

Os professores regulares pesquisados, em sua maioria, num total de 88% acreditam que o Atendimento Educacional Especializado traz benefícios bem satisfatórios com relação ao cognitivo e à aprendizagem dos alunos com deficiência do Colégio. Um dos professores marcou a opção NÃO e justificou que seu aluno tem uma deficiência bem severa e que por isso não pode perceber uma mudança significativa em seu aprendizado. Relatou ainda que o fato de seu aluno ter Autismo faz com que seja difícil a aproximação e uma avaliação real e concreta. 9% dos professores pesquisados marcaram a opção OUTROS. Desse percentual apenas um justificou sua escolha, relatando que ele percebeu algumas mudanças no aprendizado e no cognitivo, mas que essas mudanças ainda estão muito aquém de uma mudança significativa. Descreveu, ainda, que sua aluna com Síndrome de Down já está pela segunda vez cursando o 9º Ano, e que, justamente por esse fato,

ele reforça que ela “não aprendeu muita coisa”. (PROFESSOR DO 9º ANO INTEGRAL).

Na questão 7, perguntou-se: Houve melhoria no comportamento de seu aluno depois que começou a frequentar o AEE?”. Essa pergunta é relevante, já que a inclusão não busca apenas o aprendizado do conteúdo, mas uma adequação no comportamento e postura do indivíduo com deficiência, conforme se viu nos estudos teóricos. Em relação à mudança de comportamento dos alunos depois que começaram a frequentar a Sala de AEE, houve unanimidade. 100% dos professores que responderam ao questionário relataram que houve mudanças significativas e bem visíveis dos alunos depois desse acompanhamento. Alguns dos professores deixaram uma justificativa para a sua escolha. Veja-as transcrita abaixo:

“Como professor de Educação Física eu percebi uma diferença bem grande, porque os alunos com deficiência, geralmente, são mais arredios e não gostam muito de participar dos jogos ou brincadeiras. O aluno com Autismo mesmo, do 3º Ano ficava sentado na quadra enquanto todos jogavam, agora já tem algumas brincadeiras que quer participar”. (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA).

“Não posso dizer de todos da mesma forma, mas eu acho que no caso da aluna do 2º Ano Vespertino que é surda e do menino que tem TDAH houve uma melhora muito grande. Ele não ficava sentado e caçava briga com todos da sala, e ela se irritava por qualquer coisa e se recusava a fazer as tarefas. Atualmente os dois têm respondido bem às atividades e sinto que estão bem mais calmos e acessíveis”. (PROFESSORA DE PORTUGUÊS).

Na questão 8, perguntou-se: “Quando há suspeita de uma necessidade especial, em sala, qual o procedimento? Como opção de respostas os professores tinham: Falar com a família; Repassar para a Coordenação; Levá-lo à Sala de AEE para uma avaliação; Outros. Há uma discrepância em relação aos resultados do Gráfico 8 . 58% dos professores afirmam que ao perceberem que um aluno pode ter uma deficiência ou necessidade educativa especial repassam a suspeita para a coordenação do Colégio. Já 27% explica que diz que quando se levanta a suspeita, a primeira atitude é conversar com a família. 15% dos professores pesquisados afirmam que sua suspeita em relação a alguma deficiência é repassada

primeiramente para a professora de AEE, pois segundo eles, ela é a pessoa mais qualificada para confirmar ou não essa desconfiança.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 8: Atitude dos professores em relação à suspeita de deficiência



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 9 - Maior dificuldade que o professor encontra em sala

Têm-se, no Gráfico 9, o resultado das dificuldades que os professores encontram dentro de sala de aula, ao ter um de seus componentes com deficiência e com necessidade educativa especial. O que se nota é que 31% acreditam que a grande dificuldade é a de não ter as informações necessárias quanto às dificuldades de seus alunos e de como lidar com elas na escola. Outros 27% afirmam que o tempo corrido dentro do Colégio e o currículo que têm que cumprir ao final de cada bimestre são os responsáveis por esse entrave na inclusão. Outros 18% relataram que as salas superlotadas atrapalham bastante e tornam-se uma dificuldade para trabalhar com os alunos especiais. Outros 15% disseram que a falta de material didático específico para determinadas deficiências são o maior obstáculo. 9% dos professores que responderam ao questionário marcaram OUTROS e justificaram que das opções dadas para escola, havia mais de uma ou todas que seriam responsáveis pelas dificuldades. Desses 9%, um dos professores deixou sua justificativa para a escolha dessa opção:

“Acho que todas as opções juntas. Vai depender do aluno e da deficiência que ele tem. No caso do autista (do 3º Ano vespertino) a sala cheia atrapalha. No caso da aluna cega (do 3º Ano matutino) a falta de material em braile dificulta bastante. Já nas salas que têm alunos surdos (9º matutino e vespertino) e (2º vespertino) o grande problema é que não pode correr com o conteúdo”.
(PROFESSOR DE HISTÓRIA).

Na questão 10, perguntou-se: “Você recebeu alguma capacitação ou orientação, do Colégio, para receber alunos com deficiência?”. A questão torna-se relevante no sentido de que seja importante a escola oferecer subsídios para que os professores sejam capacitados para atender a essa nova demanda de alunos com necessidades educativas especiais.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 10 - Capacitação oferecida pelo colégio

Nota-se que 58% dos professores responderam que receberam, sim, alguma orientação ou capacitação do Colégio para ministrarem aulas para os alunos que apresentam alguma deficiência. Outros 9% disseram não ter recebido nenhuma orientação do Colégio para receber o aluno com Necessidades Educativas Especiais. Outros 33% fizeram a opção de marcar OUTROS. Alguns deles deixaram registradas suas justificativas pela escolha:

“Não posso dizer que foi uma capacitação, mas recebi uma orientação da professora de AEE juntamente com a coordenadora e uma psicóloga quando fomos receber o aluno que apresenta Deficiência Mental”. (PROFESSORA DE MÚSICA).

“Tivemos uma palestra sobre inclusão no início do ano. Foi muito boa. Sempre nos acrescenta algo”. (PROFESSORA DE QUÍMICA).

“Não recebi uma capacitação, mas recebi uma orientação de como proceder com a aluna que recebemos. Geralmente o Colégio já nos orienta e nos coloca à par da situação do aluno”. (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA).

Percebe-se que os professores, em sua maioria, afirmam que recebem orientações de como proceder com os alunos com deficiência e recebem também capacitação para lidar com eles no dia a dia da sala de aula.

Na questão 11, perguntou-se: “Em sua opinião, a Sala de AEE é importante para a inclusão do aluno com NEE?”. Nessa pergunta os professores responderam de maneira unânime “Sim”.

Na questão 12, perguntou-se: “Como se dá a interação desses alunos com os demais colegas no ambiente escolar?”. Havia como opções de resposta: Ele é bem aceito, os colegas o respeitam e mantêm uma boa relação; Ele não é bem aceito, tem comportamento antissocial e seus colegas evitam contato com ele; Ele é bem aceito, mas tem dificuldades de relacionamento com alguns colegas; Ele não é bem aceito, é agressivo e prefere se manter longe da turma; Outros.

Observa-se que 71% dos professores acreditam que seus alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais são bem aceitos pelos alunos comuns, mantendo uma boa relação de respeito e aceitação. 16% dos professores já acreditam que seus alunos não são aceitos, porque ele tem comportamento antissocial e seus colegas evitam contato. 9% dos professores que responderam ao questionário acreditam que seus alunos são bem aceitos pela turma, porém apresentam dificuldades de relacionamento com alguns colegas, o que atrapalha o bom relacionamento da turma. Nenhum dos pesquisados optou pela opção OUTROS. Outros 6% defendem que seus alunos com deficiência não são bem aceitos pelos outros alunos. Isso ocorre, segundo eles, pelo comportamento agressivo desse aluno. Devido a essa situação, o próprio aluno se distancia da turma, fazendo com que a relação não seja totalmente amigável.



Fonte: Dados do Estudo

Gráfico 12: Interação dos alunos com NEE

Conclusão

Nesse estudo, percebeu-se que educar vai além da transmissão do conhecimento. Entende-se que educar é o mesmo que estimular, ou ainda desenvolver as aptidões do indivíduo. Implica em aperfeiçoar aquilo que já se tem, alargar as faculdades físicas, intelectuais e morais. Fazendo isso, o professor estará capacitando o aluno para a vida.

Diante dos resultados adquiridos durante este Estudo, pode-se comprovar que a pergunta norteadora deste estudo “Qual o papel da Sala de AEE, na inclusão de alunos com necessidades especiais, no Colégio, em Itaperuna, estado do Rio de Janeiro” tem todo fundamento. Constatou-se que a Sala de AEE, nesse Colégio é de suma importância para a concretização da inclusão desses alunos. Pode-se compreender que há enorme relevância da Sala de AEE, na inclusão de alunos com necessidades especiais, isso mediante resultados explicitados dos professores do ensino regular e integral do Colégio em questão. Foi possível explorar as estruturas físicas e materiais da Sala de AEE e as adaptações realizadas para os atendimentos especializados. Verificou-se, também, a evolução do aprendizado das crianças que frequentam a Sala de AEE, item questionado aos professores regulares. Além disso, pode-se perceber o funcionamento e a rotina do Atendimento

Educacional Especializado e averiguaram-se as práticas e recursos pedagógicos utilizados pelo professor da Sala de AEE. Percebe-se que todos os objetivos traçados, neste estudo, puderam ser concretizados. Nesse sentido, o trabalho sério e comprometido dos professores especialistas dessas Salas de AEE ou de Recursos Multifuncionais é fundamental não apenas para contribuir com a aprendizagem efetiva dos alunos, mas também para dar credibilidade ao seu próprio trabalho.

Abrange-se que a tendência é que no futuro as Salas de Recursos ou Salas de AEE sejam ampliadas também para o Ensino Superior, já que os alunos que frequentam a escola, atualmente, já estão no Ensino Médio e muitos deles têm o sonho de cursar uma faculdade e se formar.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado / colaboração Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2 ed. rev. atual. São Paulo. Moderna, 1993.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In. : MARASCHIN, C.; FREITAS, L. B. L.; CARVALHO, D. C. **Psicologia da educação:** multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2003. Disponível em:<http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Org. **Avanços em Políticas de Inclusão:** O Contexto Da Educação Especial No Brasil E Em Outros Países. 3. ed. São Paulo: Mediação, 2012.

BERSCH, Rita. **Introdução Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre - RS, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em 12 dez. 2016.

BERTUOL, Claci de Lima. **Salas de Recursos e Salas de Recursos Multifuncionais:** Apoios Especializados à Inclusão Escolar de Alunos com deficiência/Necessidades Educacionais Especiais no Município de Cascavel-Pr. Tese de Mestrado, 2010.

BONAT, D. **Metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

BRASIL . **Constituição Federal de 1988** . Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL, LDB. Lei 9394/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** .Disponível em <www.planalto.gov.br >. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL, LDB. Lei 9394/71. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** .Disponível em <www.planalto.gov.br >. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** .Disponível em <www.planalto.gov.br >. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 23 ago. 2015.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº4, de 13 e julho de 2010** . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 08 out. 2015.

BRASIL. PORTARIA Nº142 de 16 de novembro de 2006. Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. Dispõe sobre as definições e classificações bem como as áreas que envolvem a Tecnologia Assistiva.

BRASIL. **DECRETO nº 6.571, de 17 de setembro de 2008** . Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626 - regulamenta a Lei no 10.436** , de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 13/2009** . Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2009. D.O.U. de 24/9/2009, Seção 1, Pág. 13. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 1, de 15 de maio de 2006** . In: SAVIANI, D. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 246-253.

BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva**. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.. – Brasília: CORDE, 2009. 138p.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho (Org.). **Formações de Professores: Práticas em Educação Inclusiva**. Bauru, UNESP, 2009.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação inclusiva**: fundamentos históricos, conceituais e legais. Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 201 p. il. V. 2.

CARDOSO, Camila Rocha. **Organização do Trabalho Pedagógico, Funcionamento e Avaliação no Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás-Catalão, Departamento de Educação. 2013. Disponível em:

https://mestrado_educacao.catalao.ufg.br/up/549/o/DISSERTAC%C2%B8A_O_CAMILA_ROCHA_CARDOSO_VERSA_O_FINAL.pdf. Acesso em: 28 out. 2015.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação: **Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas Especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COOK, A. M.; HUSSEY, S. M. (1995) **Assistive Technologies** : Principles and Practices. St. Louis, Missouri. Mosby – Year Book, Inc.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

COSTA, J.; LIMA, J. **Educação jesuítica e dualidade social**: um olhar sobre as práticas educativas formais no Brasil-colônia. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acessado em agosto de 2015.

CUNHA, E. (Org.). **Práticas pedagógicas para a inclusão e a diversidade** . Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.

DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli; DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra. **Educação Especial: Historicidade e Legislação**. 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC00614563909.pdf>. Acesso em 17 ago. 2015.

DORZIAT, A. O sujeito da educação especial: reflexões provocadas pela perspectiva sistêmica. In: BATISTA, C.R.; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M. (org) **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN; Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado**: Aspectos Legais e orientação pedagógica. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

FERREIRA, Rodolfo. Entre o sagrado e o profano. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro** : histórico da educação. São Paulo: Ática, 1987.

HERMANN, R. Educação. **Maria Montessori. 13. ed.** Recife/ Massangana: Artmed, 2010.

IZABELL, G; LUCI, B.L. **A Educação de Um Selvagem: As Experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo, Cortez, 2000.

JANNUZZI, G.M. A Inclusão **A Luta Pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins . **As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência**. (2011). Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso em 13 set. 2015.

LEMOS, E.R. **Educação de Excepcionais: Evoluções Históricas e Desenvolvimento no Brasil**. Tese de Livre-Docência, UFF, 1981.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional**. In *Pedagogia e pedagogos para quê?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-79.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. **LETRAMENTO, BILINGUISMO E EDUCAÇÃO DE SURDOS** . 2. ed. São Paulo: Editora Mediação, 2015.

LOCKE, John. **Filosofia Ensaio acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

MACHADO, N. **A Educação Física e a Recreação para o Pré-Escolar**. Porto Alegre: Prodil, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar**: o que é ?por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2005.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir**: a instrução pública na Corte Imperial (1870-1889). Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado em História, 1997.

MATUI, Jiron. **Construtivismo**. São Paulo: Moderna, 1998.

MAZZOTTA, Marcos José Silva. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil.

Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia , Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MOREIRA, Camila. **Aspectos Legais da Educação** . 2003. Disponível em: <<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>> Acesso em: 10 out. 2015.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. **A primeira Escola Especial para Crianças Anormais do Distrito Federal**: Pavilhão Bourneville (1901-1920) do Hospício Nacional de Alienados: uma leitura Foucaultiana, UERJ, 1998.

Organização Mundial da Saúde . CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de 133 São Paulo; 1997. vol.2.

PADILHA, Adriana cunha. **Projeto político-pedagógico e educação especial**: ações, contradições e desafios à inclusão educacional na rede municipal de Campinas-SP. Campinas/SP: PUC-Campinas, 2009. 156p.

PEIXOTO, Maria Angélica. **Inclusão ou exclusão**: o dilema da educação especial. Goiás: Edições Germinal, 2002.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PESSOTTI, Isaiás. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Edusp, 1994.

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento**: equilíbrio das estruturas cognitivas. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

PILETTI, C.; PILETTI N. **História da educação**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Margarette Matesco; ALMEIDA, Maria Amélia de. Ensino itinerante para deficientes visuais: um estudo exploratório. **Rev. bras. educ. espec.** . v.14 n.2 maio/ago. 2009.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SALAMANCA. Declaração De Salamanca. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

SILVA, Maria A. N. da; SCHULZ, Gerson N. L., MAGALHÃES, Alessandro R. da Silva Magalhães (2009): **ASPECTOS LEGAIS: direito e educação e a produção do currículo na escola**. Disponível em: <<http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/anais/trabalhos/GT%202/GT%202%20-%20SILVA,%20Maria%20Aparecida%20Nascimento%20da.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2015.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. **Revista IDEAU** . v. 5, n.12, Jul/Dez, 2010.

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos Inclusão** . Curitiba/SC: IESDE, 2008.

ROSE D. H.; MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning**. 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** . Campinas, Autores Associados, 2011.

VAZ, Paulo Bernardo F. et al “ **Quem é quem nessa História ?** Iconografia do livro Didático”. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte. Autêntica – 2002.

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência na Escola.** 2012.
Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular.php>>. Acesso em: 20 ago.2015